

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.723 - MS (2018/0325152-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A
ADVOGADOS : JACO CARLOS SILVA COELHO - MS015155A
FABIANE GOMES PEREIRA - GO030485
IVONE CONCEIÇÃO SILVA - MS013609
ALLINNE RIZZIE COELHO OLIVEIRA GARCIA - MS018809A
DANIELE DE FARIA RIBEIRO GONZAGA - GO036528
CLAUDINÉIA SANTOS PEREIRA E OUTRO(S) - MS022074A
AGRAVADO : JOAQUIM CARLOS DA SILVA
ADVOGADO : ORLANDO DUCCI NETO - MS011448

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 429):

EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO – RELAÇÃO DE CONSUMO - PRESSUPOSTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS PRESENTES – CLÁUSULAS RESTRITIVAS – EXCLUSÃO DE INVALIDEZ E LIMITAÇÃO À TABELA SUSEP - AUSÊNCIA DE PROVAS QUE DEMONSTREM CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CONSUMIDOR – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

I - É indiferente o tipo contratual entre as partes para que seja ou não considerada uma relação de consumo, já que não é o negócio em si que resulta em relação de consumo, mas sim a presença dos pressupostos objetivos e subjetivos trazidos pelo art. 2º e 3º do CDC.

II - As cláusulas restritivas, para que tenham validade e força obrigatória, necessitam ser claras e inequívocas, em obediência à transparência que deve existir nas relações de consumo, inclusive para possibilitar que a parte mais fraca tenha prévio conhecimento.

Nas razões de recurso especial, alega a ora agravante violação dos arts. 757, 759, 760, 776, 781, 789 e 801 do Código Civil de 2002, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta que a indenização por invalidez deve ser proporcional ao grau de incapacidade estabelecido na tabela da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 467).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 469-472 (e-STJ).

Contraminuta apresentada às fls. 482-490 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem, ao julgar a apelação, entendeu pela indenização do valor integral da apólice, assim se pronunciando (e-STJ, fls. 433-436):

Dito isto, tenho que a aplicabilidade das normas consumeristas ao caso é inquestionável. É que, apesar de não ter sido o apelante a pessoa quem de fato contratou a apólice de seguro, ele integra a relação de consumo, já que é ele que se beneficia do prêmio objeto do contrato, ou seja, é ele o destinatário final do produto e serviço.

(...)

Consoante o Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor (art. 47).

Preconiza o referido diploma legal que:

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.
(...).

Ainda:

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Assim, as cláusulas restritivas, para que tenham validade e força obrigatória, necessitam ser claras e inequívocas, em obediência à transparência que deve existir nas relações de consumo, inclusive para possibilitar que a parte mais fraca tenha prévio

conhecimento.

In casu, o contrato em comento consiste em contrato de seguro em grupo por adesão, de forma que, de acordo com o art. 54, § 4º, do CDC, "as cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão", o que, notoriamente, não ocorreu no caso.

Verifica-se das fls. 29/79, "condições gerais e específicas", que estas não contêm assinatura ou qualquer demonstração da anuência do apelante, seja sobre a extensão da cobertura securitária ou a aplicação da tabela SUSEP.

(...)

Diante disto, não se pode admitir que as cláusulas contratuais protegidas pela ordem consumerista mantenham-se vigentes sem a prova de que o segurado tivesse pleno conhecimento de seu teor, mormente quando se trata de limitação aos termos contratados, conforme determina o art. 757 do Código Civil.

Fato é que a seguradora não logrou êxito em provar que o segurado tenha assinado termo contratual, com plena ciência de que o pagamento da indenização seria devido somente na situações em que a invalidez resultasse exclusivamente em razão do ofício empenhado, e que esta seria calculada com base na tabela editada pela SUSEP.

Destarte, a indenização pela invalidez se faz devida e deve ser paga na proporção de 100% do capital individual segurado, tendo em vista a invalidez permanente ocasionada pela função exercida pelo segurado.

O acolhimento das razões do recurso demandaria inevitável apreciação das cláusulas contratuais, bem como o reexame de matéria fática, procedimentos que encontram óbice nos verbetes 5 e 7 da Súmula desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
CONTRATO DE SEGURO. ESCALONAMENTO DA
INDENIZAÇÃO EM FUNÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ.
IRRESIGNAÇÃO FUNDADA NA VALIDADE DA
ESTIPULAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO DIALOGAM
COM OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO.
INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284/STF.

PROPORCIONALIDADE DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. (...)

2. O acolhimento do inconformismo, segundo as alegações vertidas nas razões do apelo nobre, demanda revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e do contrato, situação que atrai os óbices do disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. A necessidade do reexame da matéria fática inviabiliza o recurso especial também pela alínea c do permissivo constitucional, ficando, portanto, prejudicada a análise da divergência jurisprudencial.

4. Agravo interno interposto por Bradesco Vida e Previdência S.A. desprovido.

(AgInt no AREsp 1.203.776/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/5/2018, DJe 18/5/2018.)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. CLÁUSULA LIMITATIVA DA INDENIZAÇÃO AO GRAU DE INVALIDEZ. DESCONHECIMENTO PELO CONSUMIDOR. PAGAMENTO INTEGRAL DO CAPITAL SEGURADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

2. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem analisou as provas e concluiu que o consumidor não teve ciência inequívoca das cláusulas restritivas de direito, fazendo jus ao valor integral da indenização. Alterar tal conclusão é inviável em recurso especial, ante o óbice da mencionada súmula.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.169.643/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 28/2/2018.)

Acrescente-se que não foram devidamente impugnadas, pela parte ora

agravante, todas as razões expostas no acórdão recorrido, as quais são suficientes para a sua manutenção.

Incide, portanto, a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

